

Nº. da prova:
00000000



SELEÇÃO PARA ESTÁGIO DE DIREITO – 2008

JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Discursiva e Questões Objetivas - RECIFE

Nome: _____

Identidade: _____

Assinatura: _____

LEIA ATENTAMENTE

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao abrir este caderno, confira se ele contém 1 (uma) folha de prova discursiva e 25 (vinte e cinco) questões objetivas.
03. Não deixe nenhuma marca na FOLHA DE PROVA DISCURSIVA ou nas FOLHAS DE QUESTÕES que possa identificá-lo.
04. Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem uso de máquina calculadora ou qualquer espécie de aparelho eletrônico, inclusive celulares.
05. Só marque uma resposta para cada questão.
06. Você terá 4 (quatro) horas para responder todas as questões, inclusive a discursiva
07. É proibida a divulgação total ou parcial desta prova: direitos reservados
08. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas.

CRITÉRIOS BÁSICOS DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA:

1. fidelidade à temática escolhida, sem alteração do título;
2. originalidade;
3. coerência, coesão e clareza na exposição das idéias;
4. atendimento às normas da gramática;
5. atenção ao limite de linhas (25 a 30).

OBSERVAÇÕES

1. Não será conhecido recurso em desacordo com o item 5 do Edital.
2. Não serão prestadas informações por telefone

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO
PORTARIA N. 412/2008 – DF
NOVEMBRO/2008

Nº. da prova:
00000000

PROVA DISCURSIVA

Discorra sobre o controle de constitucionalidade, abordando, ao menos, os seguintes tópicos: a) conceito, origem e evolução; b) controle difuso e concentrado; súmula vinculante.

1. _____

10. _____

20. _____

30 _____

Nº. da prova:
00000000

CAPITAL

I - DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A Constituição da República relativamente à ordem econômica:

I. dispõe que ela deve observar, dentre outros princípios, a propriedade privada e sua função social, a livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente e a redução das desigualdades regionais e sociais;

II. estabelece que, ressalvados os casos nela previstos, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo conforme definidos em lei;

III. dispõe que a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros;

IV. estabelece que o Estado exercerá, na forma da lei, como agente normativo e regulador da atividade econômica, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

A) () somente as de números I, II e III estão corretas;

B) () estão corretas apenas as de números I e III;

C) () somente as de número II, III e IV estão corretas;

D) () todas estão corretas;

E) () todas estão erradas.

02. O sigilo das comunicações telefônicas:

I. é inviolável, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual;

II. é absolutamente inviolável;

III. pode ser quebrado mediante autorização judicial ou de comissão parlamentar de inquérito, dispensadas a fundamentação em casos de urgência;

IV. pode ser quebrado por determinação do Ministério Público.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

A) () apenas a de número IV está correta;

B) () estão corretas apenas as de números I, III e IV;

C) () somente a de número II está correta;

D) () está correta apenas a de número I;

E) () todas estão erradas.

03- Assinale a opção correta.

A) Pessoas jurídicas de direito público podem ser titulares de direitos fundamentais.

B) As garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal têm aplicação exclusiva nos processos administrativos ou judiciais em que alguém se acha na condição de acusado de infração administrativa ou criminal.

C) A nacionalidade brasileira é condição necessária e suficiente para que se proponha ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

D) O princípio constitucional da presunção de inocência tornou inconstitucional toda a prisão que não encontre causa numa sentença penal transitada em julgado.

E) Em face do princípio democrático, do princípio da separação dos poderes e da cláusula do materialmente possível inerente aos direitos fundamentais de ordem social, esses direitos sociais somente produzem efeitos jurídicos depois de desenvolvidos pelo legislador ordinário.

04. No processo legislativo federal:

I. compreende-se a elaboração de leis ordinárias, leis complementares, emendas à Constituição, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções;

II. a proposta de emenda constitucional será discutida e votada pelo Congresso Nacional, em sessão unicameral, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos de seus membros;

III. a iniciativa das leis é privativa dos Deputados Federais, dos Senadores e do Presidente da República;

IV. em casos de relevância e urgência, poderão ser editadas medidas provisórias, com força de lei, sobre matéria reservada a lei complementar e ao processo civil, vedada sua edição relativamente ao direito penal ou processual penal.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

A) () todas estão corretas;

Nº. da prova:
00000000

- B) () estão corretas apenas as de números I, II e III;
C) () estão corretas apenas as de números II e III e IV;
D) () está correta apenas a de número I;
E) () todas estão erradas.

05. No ordenamento constitucional brasileiro, o descumprimento pessoal de obrigação legal a todos imposta, por motivos de religião, configura o elemento nuclear

- (A) do direito de resistência à lei injusta.
(B) do direito de objeção de consciência.
(C) da desobediência civil.
(D) do exercício de um direito natural.
(E) do exercício do direito à igualdade.

II - DIREITO PENAL

06. Alice trabalhava, como diarista, fazendo limpezas semanais no apartamento de Rita. No dia seguinte à realização da festa de aniversário de sua patroa, encontrou, enquanto trabalhava, uma bolsa em cima de um móvel no canto da parede. Estava sozinha e subtraiu o objeto, pensando que fora deixado por alguma convidada. Mas, quando chegou em casa descobriu que a bolsa lhe pertencia e fora esquecida naquele local na semana anterior. Nesta situação caracterizou-se:

- A) () o erro de tipo, excludente do dolo;
B) () o crime putativo;
C) () o furto, na sua forma tentada;
D) () o crime impossível;
E) () o furto, na sua forma consumada.

07. A lei consagra o método trifásico para individualização da pena. Deste modo:

I. as qualificadoras interessam à fixação da pena-base porque são circunstâncias presentes na Parte Especial do Código, que cominam novas penas para o tipo derivado, com limites, mínimo e/ou máximo, distintos do tipo fundamental;

II. num primeiro momento, cabe ao magistrado calcular a pena-base, considerando os fatores legais, quais sejam: o comportamento da vítima, bem como a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, e, ainda, os motivos, as circunstâncias e conseqüências do crime;

III. na segunda fase, cabe ao juiz fazer incidir sobre a pena-base as circunstâncias atenuantes e agravantes, sendo certo que a pena pode ser atenuada ou agravada em razão de circunstância

relevante, anterior ou posterior ao crime, ainda que não esteja prevista em lei;

IV. na última etapa, cabe ao magistrado observar as causas de diminuição e aumento de pena, para determinar, em definitivo, o *quantum* da pena, sendo impossível transpor os limites mínimo e máximo da cominação do tipo.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- A) () estão erradas as de números III e IV;
B) () estão erradas II e IV;
C) () somente a de número I está certa;
D) () todas estão certas;
E) () somente a de número II está certa.

08. No tema de tipicidade penal, é correto afirmar que os elementos normativos:

A) () designam realidades, fenômenos ou coisas perceptíveis diretamente pelo intérprete;
B) () são alcançados pelo dolo e expressam as tendências, as intenções, os motivos especiais de agir e todos os demais fenômenos anímicos do agente;

C) () são constituídos por termos ou expressões que somente adquirem sentido quando integrados por um juízo de valor, preexistente em outras normas jurídicas ou ético sociais;

D) () não são encontrados nos tipos que definem os crimes contra o patrimônio e os crimes praticados por funcionário contra a Administração em Geral;

E) () nenhuma das alternativas acima é correta.

09. No que se refere aos elementos do crime, é correto afirmar que

(A) o exercício regular de direito exclui a tipicidade.

(B) a obediência hierárquica afasta a ilicitude da conduta.

(C) a participação de menor importância exclui a imputabilidade.

(D) o erro sobre a ilicitude do fato, quando inevitável, afasta a culpabilidade.

(E) o arrependimento posterior exclui a punibilidade.

10. O princípio da adequação social, admitido num caso concreto, pode constituir causa supra legal de exclusão da:

- (A) culpabilidade;
(B) tipicidade;

Nº. da prova:
00000000

- (C) punibilidade;
- (D) antijuridicidade;
- (E) reprovabilidade.

III - PROCESSO CIVIL

11. NÃO tem direito ao privilégio do art. 188 do CPC c/c art. 10 da Lei 9.469/97 (prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer):

- A) o Ministério Público;
- B) as autarquias;
- C) as empresas públicas;
- D) os Estados e os Municípios;
- E) as agências reguladoras.

12. A respeito da coisa julgada, assinale a alternativa CORRETA:

- A) fazem coisa julgada os motivos, desde que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;
- B) faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial decidida incidentalmente, independentemente de ação declaratória incidental;
- C) a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados, em litisconsórcio necessário, todos os interessados;
- D) o prazo para a propositura da ação rescisória é de 3 (três) anos;
- E) mesmo que, tratando-se de relação jurídica continuativa, advenha modificação do estado de fato ou de direito, não será possível a revisão do que foi estatuído na sentença.

13. Com relação ao mandado de segurança, é INCORRETO afirmar:

- A) a competência territorial é firmada em razão da sede funcional da autoridade coatora;
- B) a sentença que o concede fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente;
- C) o prazo de 120 (cento e vinte) dias para impetração do mandado de segurança, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, possui natureza decadencial;
- D) o mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança;
- E) cabe mandado de segurança contra lei em tese.

14. Paulo, em ação que ajuizou em face de José, arrolou como testemunha Fábio, que contraiu enfermidade que impossibilitou seu comparecimento à audiência. Considerando a

situação hipotética apresentada, assinale a opção CORRETA:

- A) Não será possível substituir Fábio caso já tenha sido recebida a intimação para a audiência de instrução;
- B) Paulo não poderá substituir Fábio por outra testemunha dada a preclusão;
- C) Se Paulo não tiver arrolado o máximo de testemunhas permitidas, será possível substituir Fábio;
- D) Fábio poderá ser substituído por outra testemunha, pois, provada a enfermidade, a lei processual lhe garante tal possibilidade;
- E) Apenas pelo fato de Fábio ter mudado de residência já seria possível sua substituição.

15. A competência da Justiça Federal é taxativamente prevista na Constituição da República. Assinale o ente que, na condição de autor da ação, NÃO deverá propô-la na Justiça Federal:

- A) a Caixa Econômica Federal;
- B) A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
- C) o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- D) o Banco do Brasil;
- E) a Agência Nacional do Petróleo – ANP

IV - TRIBUTÁRIO

16. Segundo o entendimento da jurisprudência do STF, são espécies tributárias apenas:

- A) impostos e taxas;
- B) impostos, taxas e contribuições de melhorias;
- C) impostos, taxas e tarifas;
- D) impostos, taxas, preços públicos e contribuições de intervenção no domínio econômico;
- E) impostos, taxas, empréstimos compulsórios, contribuições de melhoria e contribuições especiais.

17. Segundo a jurisprudência sumulada do STF, NÃO está correto afirmar:

- A) ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente às entidades de assistência social, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado em suas atividades essenciais;
- B) é inconstitucional a previsão em lei ordinária de prazo decadencial e prescricional diverso do previsto no Código Tributário Nacional para as contribuições para a seguridade social;
- C) a imunidade tributária conferida às instituições de assistência social alcança as

Nº. da prova:
00000000

entidades fechadas de previdência social privada havendo ou não contribuição dos beneficiários;

D) é constitucional a cobrança do salário-educação, seja sob a Carta de 1969, seja sob a Constituição Federal de 1988, e no regime da Lei 9.429/1996;

E) a imunidade tributária referente aos livros e periódicos abrange os filmes e papéis necessários à sua publicação.

18.As figuras abaixo extinguem o crédito tributário, EXCETO:

A) o pagamento;

B) a compensação;

C) a transação;

D) a remissão;

E) o parcelamento.

19.Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre os tópicos abaixo, EXCETO:

A) suspensão do crédito tributário;

B) exclusão do crédito tributário;

C) imunidades tributárias;

D) outorga de isenção;

E) dispensa do cumprimento de obrigações acessórias.

20.João adquire de Bruno o estabelecimento denominado Mansão das Guloseimas, dedicada à comercialização de produtos alimentícios, continuando a explorá-lo. Bruno, por sua vez, inicia imediatamente a exploração de outra atividade, no ramo de calçados. Tomando essa situação fática por premissa, a respeito da responsabilidade tributária por sucessão referente às obrigações tributárias devidas até a data do ato de aquisição do estabelecimento, assinale a alternativa CORRETA:

A) João responde integralmente pelos débitos do estabelecimento adquirido;

B) caso a venda tenha ocorrido no âmbito de processo de falência, João não terá nenhuma responsabilidade tributária, mesmo que seja primo de José;

C) caso o estabelecimento seja uma filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial, João não terá nenhuma responsabilidade, mesmo que fosse cunhado de Bruno;

D) João responde subsidiariamente pelos débitos do estabelecimento adquirido;

E) João responderia subsidiariamente, mesmo que Bruno apenas houvesse iniciado sua nova

atividade um ano após a venda do estabelecimento;

V - DIREITO ADMINISTRATIVO

21.Administração Pública restringiu a participação de pessoas excessivamente obesas em um concurso público para provimento do cargo de agente penitenciário federal. A restrição pode não ferir o princípio da isonomia, desde que,

A) o edital do concurso tenha sido publicado nos termos da lei de processo administrativo.

B) a discriminação guarde relação de pertinência lógica com o desempenho do cargo

C) assentada em premissas que não autorizam, do ponto de vista lógico, a conclusão delas extraídas.

D) o edital do concurso não impeça a ampla defesa e o contraditório a todos os candidatos que se sentirem prejudicados.

E) O edital do concurso tenha sido publicado nos termos da lei de processo administrativo e não impeça a ampla defesa e o contraditório.

22. O princípio da legalidade explicita a subordinação da Administração Pública à lei e é decorrência natural:

A) do controle administrativo de seus próprios atos.

B) do controle judicial dos atos administrativos.

C) do princípio da hierarquia

D) do princípio do interesse público

E) do controle administrativo de seus próprios atos e do controle judicial dos atos administrativos.

23) Sobre Poder de Polícia é incorreto afirmar que:

A) É a atividade do estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

B) Possui entre seus atributos a auto-executoriedade, todavia, é defeso à administração pública interditar estabelecimentos sem prévia ordem judicial.

C) Compreende entre outras, a atividade de vigilância sanitária.

D) Pode ser executado mediante a cobrança de taxa.

E) parte-se entre diversos órgãos da administração pública.

24) Entre os serviços públicos é incorreto afirmar que,

Nº. da prova:
00000000

- A) em virtude de sua relevância para a sociedade, apenas podem ser exercidos diretamente pelo Estado.
- B) Sua execução se submete aos princípios da continuidade e da mutabilidade do regime jurídico.
- C) *Uti singuli* são aqueles que atendem necessidades diretas do cidadão e *uti universi* são os prestados, de maneira genérica, à coletividade.
- D) Podem ser delegados a particulares.
- E) É o próprio Estado, por meio de lei, que define, em determinado momento, quais serviços são considerados públicos.
- 25) Não constitui elemento dos atos administrativos:
- A) A imperatividade.
- B) A forma
- C) O objeto
- D) A finalidade
- E) A competência.